



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 4

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 14 DE JANEIRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 25, 26 e 27 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 25, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.275, de 1960, na Câmara e nº 91, de 1960 no Senado) que dispõe sobre os novos níveis de vencimentos dos funcionários civis do Poder Executivo e das outras providências.

Dia 26, às 21 horas

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei (nº 4.959, de 1954, na Câmara e nº 107, de 1959, no Senado) que cria, no Ministério da Marinha, os quadros complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.

Dia 26, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (1.880, de 1960, na Câmara e nº 87, de 1960, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961.

Dia 27, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 84, de 1960, no Senado) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 para ocorrer às despesas com a transferência daquele Tribunal para Brasília.

Dia 27, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 57, de 1960, no Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e das outras providências.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961.

Senador FILINTO MÜLLER

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.
3º Secretário: Senador Gilberto.
4º Secretário: Senador Novaes Marinho.
Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)
Vice-Líderes:
Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.T.B.)
Taciato de Mello (P.S.D.)
Lobo da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.T.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares
Vice-líder: Gaspar Veloso.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR
Líder: Otávio Mangabeira.
Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO
Líder: Atílio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.
DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Eraldo Vieira.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES
Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Fariães

Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atílio Vivacqua

SUPLENTE

PSD:

1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas
Secretária: Maria do Carmo Rondor
Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Fávora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guido Mendim
Joaquim Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irmã Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Paulo Fernandes
Barros Carvalho — Presidente (licenciado)
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º João Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*)

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antônio Baltar.

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Otávio Mangabeira
Secretária: Olza José Muniz de Melo
Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Vitorino Freire
Vago
Jorge Maynard
Calado de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernandes Távora
Daniel Krieger
Irineu Borhansen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Pericles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

RL:

Vago
Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terça-feira, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Calado de Castro
Paulo Fender
Irineu Borhansen
João Arruda

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

3º Miguel Couto
1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima

UDN:

1º Dix-Huit Rosado
2º Padre Calazans
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16,30 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antônio Baltar (6-7-60).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 102,00

— Excedidas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por excesso decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Ari Viana
Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTB:

Lourival Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terça-feira, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Silveira

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:

1º Milton Campos
2º João Arruda
Secretário: João Batista Castejon

PL:

Otávio Mangabeira
Branco, Oficial Legislativo.
Reunião: Quarta-feira, às 16,30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Fender

SUPLENTE

1º Arlindo de Melo
2º Eugênio Barros

PTB:

1º Vivaldo Lima
2º Saulo Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Sérgio Marinho
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira-Rodrigues — Oficial Legislativo
Reuniões: quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Calado de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1º Francisco Gallotti
2º Ruy Carneiro
3º Vago

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado
Secretária: Maria do Carmo Ronion Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Calado de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leonidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Vago
Secretária: Italina Cruz Alves — Oficial Legislativo.

Reuniões: Sexta-feira, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra Bueno

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:

Barros Carvalho

UDN:

1º Sérgio Marinho
2º João Arruda
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão Especiais

Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente,
Ruy Carneiro — Vice-Presidente,
Francisco Gallotti,
Arlindo Rodrigues,
Jorge Maynard,
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Dore

Benedito Valadares — Presidente.

Lima Teixeira.

... (vaga).

Jorge Maynard.

Atílio Vivacqua.

Secretaria: Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente

Atílio Vivacqua.

... (vaga do Sen Lima Guimarães)

Lino de Matos.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Francisco Gallotti

Gilberto Marinho.

Gaspar Velloso.

Mourão Vieira

Guido Mondim.

Coimbra Bueno.

Atílio Vivacqua.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

ATA DA 4ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 13 DE JANEIRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E HERIBALDO VIEIRA.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores: Mourão Vieira — Paulo Fender — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Meneses Pimentel — Sérgio Marinho — Ruy Carneiro — Antônio Baltar — Silvestre Bériles — Louival Fontes — Heribaldo Vieira — Ary Vianna — Arlindo Rodrigues — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Lino de Matos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Francisco Gallotti — Guido Mondim (28).

O SR. PRESIDENTE.

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates. O Sr. 1.º Suplente, servindo de 1.º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Do Sr. Presidente da República, n.º 24, de 1960, restituindo autógrafos de Substitutos vetados da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, e mantidos pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira, orador inscrito.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, inscrevi-me para, desta tribuna, fazer chegar ao Instituto Brasileiro do Café, uma reclamação veemente do Estado de Sergipe, no sentido de pôr cõbo à providência que está tomando de cortar, totalmente, o abastecimento de café para os moageiros daquele Estado.

No momento em que o Instituto Brasileiro do Café gasta somas enormes na propaganda desse nosso principal produto de exportação e de lamentar que populações de diversos Estados vejam-se privadas de tomar café, em decorrência de providências coercitivas inexplicáveis, providências que depõem contra a política adotada pelos dirigentes desse Instituto.

O pretexto justificativo do Instituto Brasileiro do Café são os contrabandos no Norte e Nordeste do País.

Sabemos, Senhor Presidente, que o I.B.C. em cooperação com o Exército Nacional tem procurado reprimir intensamente o contrabando; e só temos aplausos a esse órgão da economia nacional pela atitude que vem tomando.

O Relatório de 1959 do Instituto Brasileiro do Café, não obstante a repressão ao contrabando estima em setecentos mil sacas o café distribuído para o consumo interno exportado fraudulentamente.

Senhor Presidente, o que não se justifica é que aquele Instituto considere ação repressora ao contrabando cercar, totalmente o abastecimento do café para uma região.

Que culpa tem o Estado de Sergipe que no Amazonas, no Pará no Ceará, haja contrabando de café, quando nada houve de anormal no meu Estado? Que culpa têm as populações do Amazonas, do Pará, do Ceará de haver fraudadores da lei nesses Estados, para se lhes privar do abastecimento de café?

É uma política errônea, são providências errôneas que devem ser corrigidas.

Senhor Presidente o apelo é de um nordestino do menor Estado, mais uma vez atingido por providências repressivas ao contrabando, feito de maneira verdadeiramente errônea, merecedora, portanto, de nossa reprovção do alto desta tribuna do Senado Federal.

Apelo em nome do meu Estado, no sentido de o órgão diretor do Instituto Brasileiro do Café modificar sua política a fim de que meu Estado e outros da região Nordeste não sofram essas coerções inconcebíveis.

Sr. Presidente, todos os moageiros de café do meu Estado pararam suas atividades; para todos eles, os prejuízos são incalculáveis, continuam pagando os empregados, embora nada possam produzir. A indústria de torrefação do café está sendo asfixiada no meu Estado. Não é possível que nós já tão duramente sacrificados na nossa economia, sejamos atingidos por esta perseguição, justamente quando o Instituto Brasileiro do Café procura aumentar a exportação através de propaganda tão custosa!

E de lamentar que em vez de intensificar a melhoria do produto, por vezes em dificuldade de ser colocado no exterior — não só por gustar mais como ser de qualidade inferior ao café asiático, difícil, portanto, de com-

petição, por inferior — enverede pela política que está adotando.

Seria preferível que o Instituto, a par das medidas de coerção ao contrabando, cuidasse da melhoria do café, fosse ele oferecido no mercado exterior em melhores condições, em vez de perder tempo prejudicando o consumidor brasileiro condenado a beber café de qualidade inferior ao exportado e, agora, forçado a privar-se da bebida, sob o pretexto de que aque las providências visam a evitar que o produto distribuído para uso interno seja desviado para o exterior. É fácil e está ao alcance do Instituto controlar a distribuição às indústrias de torrefação através de medidas fiscais e providências outras, dessa natureza ou similares. Ao contrário, asfixia-se o consumo quando é preciso intensificá-lo.

Levanto desta tribuna um protesto, em nome do meu Estado, o menor da Federação, contra essa política errônea do Instituto Brasileiro do Café; ao mesmo tempo faço um apelo no sentido de que não se continue a asfuxicar o Estado de Sergipe na sua economia, com medidas contrárias a um povo que trabalha heróicamente por vencer as asfixias vindas do Sul para o Norte, particularmente para meus Estado.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte;

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. poderia protestar em nome aos interesses nacionais e não somente em nome de Sergipe.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Protestei em nome de todo o Norte e Nordeste. Sob pretexto de que se faz contrabando nessa região — mas ainda não se verificou contrabando no meu Estado — adota-se a política errônea de proibir o consumo para não haver contrabando. O que cumpre é estabelecer providências fiscalizadoras, para evitar o contrabando, e jamais proibir o consumo no momento em que o Instituto procura justamente incrementá-lo, através de subvenções e de intensa campanha de propaganda.

Agradeço o aparte do nobre Senador pelo Estado do Ceará, que vem exatamente corroborar os pontos de vista por mim expostos.

Encerro minhas considerações, Sr. Presidente, com veemente apelo ao Instituto Brasileiro do Café no sentido de que atenda aos moageiros de Sergipe e à população de toda aquela região sofredora, que agora passa por mais um vexame. (Muito bem! Palmas).

O Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gil Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Heribaldo Vieira deixa a Presidência, reassumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Continua a hora do Expediente. O SR. COIMBRA BUENO: Peco a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno

O SR. COIMBRA BUENO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as manchetes de muitos jornais ocuparam-se ontem de minha humilde pessoa de modo desairoso, não para debater o seu número de idéias, iniciativas, trabalhos de quase três decênios como integrante que sou, — de uma equipe de homens e mulheres que acreditam no Brasil e acima de tudo amam a sua Terra e por ela lutam com os olhos voltados para as novas gerações, aí incluídos filhos e descendentes: — mas muito ao contrário, para deturpar e tirar ilações tendenciosas nas suas primeiras páginas, com títulos sensacionais que não condizem com os próprios textos, já em si gravíssimos, e calcados em informações sem qualquer comprovação e constantes de simples notas manuscritas, lidas a meu ver precipitadamente numa reunião, que depois soube ser pública, do Diretório Nacional de um dos Partidos maiores do País, em cujos quadros ingressei recentemente.

Surpreendido, Sr. Presidente, optei pela tentativa de resumir, no ato e de imediato, fatos que remontam a 1943, de Empresas de que me honro de ser acionista e de cujas direções estou afastado há mais de 6 anos; desde já posso adiantar que nenhuma das empresas em pauta fez qualquer desconto das citadas notas promissórias de vinte e mais milhões, nos últimos cinco anos e mais objetivamente neste último período governamental da União.

As únicas operações existentes em andamento se referem a decorrências da suspensão "ex-abrupto" — por sucessivos governos, primeiro do financiamento da casa própria para os operários dos IAP e segundo, e mais recentemente do unilateral abandono da lei que criou a Carteira de Colonização. Cas a operária não é negócio imobiliário ilegítimo, e colonização tampouco; ao contrário são iniciativas que somente quem tem muita experiência e interesse pelo desenvolvimento econômico e social do País, antes do seu próprio ou com ele con-comitante, podem levar avante com sucesso.

Por isto, posso desde já, tranquilizar os homens de bem deste País, entre os quais modestamente esperamos em Deus, estar alinhados, de que superaremos plena e cabalmente, como aconteceu após a árdua construção de Goiânia, das Casas populares em massa, e de muitas outras iniciativas levadas a bom termo, as dificuldades, coincidências infelizes e das, por nos elevar no conceito de danosas acusações, de que novamente somos vítimas, em nossos esforços já de 21 anos em prol de Brasília, em boa hora avocada a si levada a termo — a seu modo — isto é como sentiu o problema, o Senhor Presidente Juscelino Kubitschek, depositário da confiança da maioria do povo brasileiro, que o guiou no Poder.

Já que nos obrigam a mais o presente desvio de atividades teís e construtivas, posso também assegurar a todos os cogadores de escândalos, deturpadores de palavras, e acusadores implacáveis, que fria e frontalmente os desiludiremos, e que suas clamorosas injustiça uma vez mais — ter-se-iam que deveriam ser-nos poupam-não, ao término de muitas conhecidos coincidências e, provavelmente como aconteceu após Goiânia, nos guindarão a novas posições, que não buscamos por nossas mãos e vontade, como foi o caso da minha inesperada indicação e escolha para Governador de meu Estado, onde antes, nunca havia militado em política, e ao termo das campanhas e intrigas, que se seguiram à inauguração do Goiânia.

Lerei Senhor Presidente a carta que enderecei ao Vice-Presidente da Se-

ção d Goiás, d meu Partido, depositando em suas mãos o cargo que exercio, até que se apure a verdade dos fatos.

Agradeço de público as providências que o Dr. Joce Fleury tornou imediatamente junto a todas agremiações oposicionistas de Goiás, para constituírem uma Comissão, que espero em Deus, possa no menor prazo proclamar a verdade contra as aparências, tão logo tenhamos em mãos uma fotocópia completa e autenticada, do processo referente a construção em massa de casas proletárias, que em boa hora nos foi prometida pelo Senhor Ministro do Trabalho, a quem recorremos.

Quanto as outras acusações relativas a operações no Banco do Brasil, que como já disse remotam a vários lustros e relativas a casas populares, bem como a Colonização — principalmente no chamado cinturão verde da Bahia de Guanabara, onde nos constituímos os paladinos da formação de granjas para produção intensiva aos milhares, em locais onde até então só cogitamos de lotes especulativos, de tipo urbano, aos milhares. — Foram tais operações feitas em atendimento a empresas privadas, clientes com mais de 20 anos de tradição bancária e todas operadas normal e sucessivamente, com garantias reais, que de bases correntes passaram a excepcionalmente grandes, em face de valorizações havidas e da queda da moeda. Tais acusações serão igualmente pulverizadas, para satisfação das mentalidades cristãs e bem formadas. Não nos intimidaremos com as aparências geradas por consciências com assuntos estranhos — políticos ou não — e prosseguiremos na luta pelo prevalecimento daquilo que entendemos ser de nosso direito sagrado, de homens do trabalho e da livre iniciativa, e portanto ciosos de sua independência. Lerai, ainda, Sr. Presidente duas outras cartas que dirigi, também a Direção Nacional do UBN.

e deixo de ler a deixo de ler a última no mesmo sentido por só ontem ter solicitado o seu encaminhamento no Rio, reiterando a necessidade e conveniência das providências nelas sugeridas, agora tornadas mais urgentes, e no mesmo sentido do acolhimento que tivemos pela Seção de Goiás de nosso Partido, — em prol da completa apuração da verdade dos fatos.

Senhor Presidente, antes de encerrar, esta antecipação de defesa, que pelas circunstâncias já confiamos a Oposição de Goiás e ao meu partido, no seio do qual não posso permanecer — senão de cabeça erguida — por ser o alvo preferido das acusações, sou forçado a repetir o velho rifão "quem não deve, não teme", — acrescentando ainda, que iremos às últimas consequências para fazer valer nossos direitos e o cumprimento do que é justo e nos é devido; — para defender o patrimônio que nos está confiado e salvaguardarmos o nosso nome e dignidade; e Deus há de nos ajudar, para honrarmos nosso Pai, agora nos 35 anos, nossa Mãe na sua velhice, nos-

O Sr. Victorino Freire — V. Ex^a é digno de respeito e acatamento por parte de todos os seus companheiros.

O SR. COIMBRA BUENO — O fato é que em todas as realizações sempre aparecem expectadores cuja única preocupação é denegrir o trabalho executado.

O nobre Senador Pedro Ludovico, meu adversário político, sabe e pode dar testemunho de que Goiânia levou cinco anos para ser construída como também Brasília, sendo que, na ocasião, surgiram várias críticas aos que nela trabalharam.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex^a sabe que, durante os entevos políticos em Goiás, quando V. Ex^a se encontrava de um lado e eu de outro,

jamais puz em dúvida sua integridade moral. Nunca disse, nem em comícios nem em discursos de qualquer natureza, coisa alguma que o pudesse melindrar.

O SR. COIMBRA BUENO — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Gostaria de mencionar que assim como o eminente Presidente Juscelino Kubitschek enfrentou críticas durante a construção de Brasília, também V. Ex^a as enfrentou quando construiu Goiânia.

A capital de Goiás foi construída com os esforços de uma equipe laboriosa e, no entanto, ainda assim, procuraram denegrir-la.

Houve, mesmo, uma alta autoridade que, ao visitar Brasília se permitiu criticar o Governo. E, quando da construção de Goiânia, obvia que disse ser grandiosa, afirmou que ela nos interessava, a mim e ao nobre Senador Pedro Ludovico, por causa das negociações. Essa autoridade, que se beneficiou com a mudança da capital do Estado e que nunca fôra a Goiânia, ao fim de cinco anos soube dizer apenas que eu era sócio do ilustre Senador Pedro Ludovico.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex^a sabe que Goiânia foi construída com suor e lágrimas, enfrentadas, com puro idealismo, as maiores dificuldades. Controlei todas as despesas. Até mesmo latas vazias, de gasolina, mereciam meu reparo, para que com a mais rigorosa economia pudéssemos construir Goiânia.

Goiás era um Estado pobre, e se eu assim não procedesse Goiânia não teria sido construída. Aproveitei a oportunidade deste aparte para repetir que V. Ex^a, com seu digno irmão, jovens engenheiros àquele tempo, muito auxiliaram a construção de Goiânia e foram até, em parte, a alma daquela obra.

O Sr. Francisco Gallotti — Muito bem!

O SR. COIMBRA BUENO — Agradeço muito o testemunho de V. Ex^a, mormente quando parte do chefe do situacionismo goiano, com quem tive tantos anos de dissidência, que sempre atribui principalmente a ação dos aproveitadores, a homens como esses que acabo de citar, que, realizando uma grande obra, só sabem criticar os responsáveis praticamente em ranchos. V. Ex^a sabe disto: nunca construímos sequer uma casa para qualquer engenheiro de Goiânia. Eram, todas, casas provisórias, de madeira. Fizemos aquilo com o máximo esforço, porque sabíamos que as condições eram tremendamente precárias e a obra inensamente audaz, acredito que dez vezes mais audaz do que Brasília, porque esta pôde se apoiar no Erário da União e em empréstimos externos, ao passo que em Goiás, contamos apenas com os recursos do Estado e cinco milhões do Governo Federal, que por eles cobrou — V. Ex^a deve estar lembrado — nada menos de quatro edifícios federais, que ainda hoje lá se encontram, entre eles o dos Correios e Telégrafos. Foi todo do Governo Federal. Este é mais um testemunho de que precisávamos interiorizar a Capital; esta é a pura verdade. O único auxílio que obtivemos, foi mediante entrega de quatro prédios, isto é, mais do que a verba pseudo-concedida para auxiliar Goiânia. Por isso nos revoltamos e lutamos, na medida das nossas forças, pela interiorização da Capital. Agora, com as aberturas e necessidades de Brasília, os Senhores do litoral estão, pela primeira vez, sentindo a dureza do Brasil interior, a dureza da vida nos dois terços de nosso território que ignoravam; mas isso não justifica a injustiça tremenda desses homens que ficaram como expectadores e que vêm, agora, atirar sobre os homens de Goiás, a pedra de ladrão, ou de peculário; deixem-na no litoral, nos vícios do litoral!

Não acuso, de maneira genérica, o litoral acuso os apenas aproveitadores, que lá vivem, que a vida inteira exploram o País, suzando o sangue de

três quartas partes da população brasileira mediante privilégios que criaram para si. Faço honra e rendo homenagem a população da ex-Capital da República, porque ali me criei, me eduquei e lá nasceram meus filhos; amo tanto o Rio de Janeiro como ao meu próprio Estado. Mas o que devemos ressaltar, em todos os tempos, é que, durante mais de cinquenta anos, pelo menos durante quase todo o período da República, o Interior esteve com as costas do poder público para ele viradas. Esta frase que o atual Presidente da República lança a cada momento, é uma expressão verdadeira; é a primeira vez que o Brasil passa a ser olhado como terra integrada, e é por isso que o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira está recebendo a gratidão do povo goiano. Quer queiramos ou não, S. Ex^a, será Senador com uma votação imensa em Goiás, porque beneficiou este Estado de maneira quase inconcebível. (Lendo)

Sr. Presidente, antes de encerrar cumpre confessar os pedidos que fiz ao adversário político e ao amigo que conquistei nas lides de Brasília, o Senhor Presidente Juscelino Kubitschek, que de acordo com a sua coragem invulgar de enfrentar fatos e problemas mandando ao diabo — as ilações maldosas ou, onão, atende-me no sentido de traduzir as palavras que há cinco anos vem repetindo — inclusive na frente de seus correligionários de que

"Seria fácil governar este País se todos os Parlamentares, somente me propusessem, nas audiências, promessas, soluções e sugestões, tal como o faz o Senador Coimbra Bueno".

E Sua Excelência, como é de feito dos homens de ação, acaba de decretar, justamente agora que mais acirradamente nos acusam, a perpetuação da "Fundação Coimbra Bueno pelo Nova Capital do Brasil", ficando 3/4 partes de sua direção com o Poder Público, e assegurada sua continuidade e a presença da iniciativa privada, com uma quarta parte, representada por nós, os seus Instituidores de 1939, para prosseguirmos, sempre sem quaisquer vantagens de ordem pessoal, na prestação de serviços, aliando-na medida do possível a burocracia e buscando a boa vontade despertada com Brasília nos homens de Poder Público, que ora se renova. E assim que poderemos: — "Poder Público" mais "Iniciativa Privada" — encerrar novas e empolgantes iniciativas como sejam promover a criação do "Centro Internacional de Cultura" do Centro Cultural dos Estados, do Centro Cultural de Brasília e de outras atividades afins, entre as quais já podemos assinalar os Parques Nacionais do Tocantins e das Emas, que complementarão Brasília — como principal centro de atração turística da América Latina.

Senhor Presidente, a coincidência da decretação de tais atos dá uma boa medida da altitude do nível sempre elevado das nossas relações de Situacionista e Oposicionista — que frutificou em Goiás, unindo todos os seus habitantes em torno deste problema de salvação nacional que é Brasília, e que nos plano federal, pelo menos no que nos tange, deu um resultado de cinco anos de trabalhos efetivos, produtivos, diários, ombro a ombro, entre nós, que principalmente, conduzimos a campanha de Brasília até a sua aceitação pela opinião pública nacional, a localização do Distrito Federal, indicação dos sítios da Nova Capital, e enfim at éo opnto, de partida de onde alçou vôo, avocando a si o assunto, um audacioso Presidente do Brasil, que o povo goiano fará Senador, como homenagem e gratidão de todos, quer nos Partido não queira, ou queira, — como acontece com a sua Seção de Goiás.

Estou afastado da direção do nosso Partido, e posso assim opinar livre-

mente: como bom e leal udenista, que nela ingressou para assegurar mas a vitória de Jânio Quadros em Goiás votarei para Senador por Goiás na vaga recentemente verificada, no nome do Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, a meu ver o maior vulto do P.S.D. que, pelo moço saté ontem, foi e por vários lustros, o partido majoritário da democracia brasileira, e cuja sobrevivência e coexistência, sobretudo com a U.D.N., interessa à evolução e alvez até mesmo à sobrevivência do regime ameaçado de todos os lados, por homens que se esquecem de que são filhos do Brasil e vivem se degladiando com bandeiras e filiações estranhas, comprometidos com grupos ou nações, de um e do outro, dos dois blocos, que infelizmente se desentendem no Mundo atual.

Senhor Presidente, somos forçados a deixar o silêncio em que os trabalhos sucessivos e quase sempre empolgantes, nos mergulharam nestes três últimos decênios, para os evidenciarmos e proclamarmos alto e bom som os resultados alcançados, e serviços prestados, isto, em legítima defesa.

E temos um imenso manancial onde iremos buscar toda uma defesa, que nos manterá entre os gaúchos normais, isto é, honestos — e que fortemente constituem a maioria desse Povo ordeiro, abandonado e capaz com o qual venho sofrendo os altos e baixos de sua evolução, e que há de ser útil e servir de exemplo, aqueles que descreem de um País de primers ordem, que será o Brasil de Brasília.

Sr. Presidente, as cartas a que me refiro são as seguintes:

Goiânia, 27 de dezembro de 1939.
Exmo. Sr. Dr. José Fleury
DD Vice-Presidente do Diretório Regional da União Democrática Nacional

Nesta
Estimado Amigo e Correligionário:
Recrudeceu nas últimas 48 horas, a campanha sistemática movida contra minha pessoa pela imprensa carioca, a respeito das transações comerciais que a firma Coimbra Bueno realizou com o I.A.P.C. há mais de 10 anos atrás.

Homem de partido, com vinculações profundas em todas as camadas sociais, políticas e econômicas de meu Estado não posso permitir que fique sem resposta essa onda de infâmias e calúnias alimentada, ao que tudo indica, por interesses mórbidos contrariados de profissionais da política nacional.

Argente, no momento de Goiânia, posso ilustre companheiro Dr. Hélio de Brito, passe às mãos do prezado Amigo a Presidência do Diretório Regional da U.D.N. pedindo-lhe que, em nome da União Democrática Nacional, seção de Goiás, indique uma comissão de todos os partidos coligados do Estado para opinar conclusivamente a respeito dessa transação, fazendo-a integrar por homens de reconhecida e indiscutível idoneidade moral.

Assim afastado da Presidência Regional da U.D.N. até o cumprimento da missão atribuída a essa Comissão permito-me sugerir ao Prezado Amigo e Companheiro que a ela seja dado um prazo máximo para a apresentação de seu relatório.

Saudações Democráticas, Jerônimo Coimbra Bueno.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1950

Excelentíssimo Senhor
José de Magalhães Pinto
DD, Presidente da U.D.N.
Nesta

Excelentíssimo Senhor,
De ordem do Senador Coimbra Bueno temos a honra de informar a Vossa Excelência que o Senador se afastou da Presidência da U.D.N. Goiânia, a fim de dar maior liber-

dade de pronunciamento aos seus companheiros, a respeito de acusações que lhe vêm sendo imputadas. Deu ainda instruções para que se aguardasse, com serenidade, a comprovação da verdade dos fatos e que se evitasse responder, mesmo em sua defesa, a qualquer atitude precipitada, a fim de se conjurar dissensões e ressentimentos dentro do Partido.

Resultou um silêncio de alguns dias, que está sendo tomado como cumplicidade pelos acusadores mais exaltados.

Em face disso, solicita o Senador que a Presidência Nacional da U.D.N. se digne designar, com a máxima urgência, uma comissão para proceder ao esclarecimento e à comprovação dos fatos, não somente através de informações mas no próprio I. A. P. O., à vista dos documentos constantes do processo, relativo a uma transação ora inquinada de favor, com essa autarquia.

Com a vida pautada num rigorismo exemplar, o Senador está pronto a esclarecer qualquer outra suspeita, a que possa obrigá-lo a dedicação à vida pública, com relação a qualquer atitude sua, ou a qualquer transação, — em curso ou feita em qualquer época, — de organizações a que esteja ou que tenha estado ligado, com qualquer órgão oficial, autarquia, sociedade mista ou qualquer entidade controlada pelos Governos, da União, dos Estados ou dos Municípios.

A fim de esclarecer o passado, luntamos exemplar do Projeto nº 1.772-60, da Câmara dos Deputados, subscrito por 40 dignos Deputados, cuja justificativa bem esclarece o nível de conduta do Senador.

Encarecemos a urgência.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os protestos da mais elevada consideração.

Cordiais Saudações, José Franco da Silva, Secretário.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1961.

Exmo. Sr.

José de Magalhães Pinto

DD. Presidente da UDN

Nesta

Não é confortável ficar-se exposto ao braseiro das deformações, que, partindo de companheiros, doem e representam fatores de desestímulo e de canceiras estereis.

Sem fugir ao propósito de resguardar a coesão do nosso Partido, de preferência a responder a ataques precipitados, — venho insistir na urgência da averiguação dos fatos, solicitada em carta de 27 p. passado.

Respeitosos Cumprimentos, Senador Coimbra Bueno."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. VICTORINO FREIRE:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, pedi a palavra apenas para me congratular com meus correligionários do Município de Picos, no Piauí que, nesta Casa, foi representado pelo ex-Senador Waldemar Santos.

O Distrito de Francisco Santos, desmembrado do Município de Picos, um dos maiores e mais importantes municípios do Estado do Piauí tinha, como chefe político o pai do nosso antigo colega, Senador Waldemar Santos.

Criado o Município, deram-lhe seu nome. Comunicaram-me sua instalação, com a eleição do novo Prefeito, saído dos quadros do Partido Social-Democrático. Um meu irmão é um dos chefes do P.S.D. em Picos, onde meu Partido tem grande maio-

ria. Com a criação do Município de Francisco Santos, presta a Assembléia do Piauí, homenagem ao saudoso Coronel Francisco Santos, antigo chefe político local, grande fazendeiro e industrial que, pela sua honradez e tolerância, conseguiu ser, durante cerca de quarenta anos, chefe do Distrito que tomou o seu nome elevado, agora a Município.

Congratulo-me com a Assembléia do Piauí e com meus correligionários de Picos e do novo Município de Francisco Santos, pela homenagem prestada a um varão ilustre que, na política do Piauí sempre gozou do maior prestígio e conceito.

Sr. Presidente, com estas singelas palavras, deixo consignadas as minhas congratulações, que são também as da representação federal do Maranhão nesta Casa. (Muito bem, muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Passo à Ordem do Dia

Eleição da Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca (5 membros) criada pela Resolução nº 45, de 1960.

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores, número que não perfaz o "quorum" mínimo para se proceder à eleição.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1961 (nº 1.187, de 1959, na Câmara), que revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Senhor Senador Francisco Gallotti), tendo: Parecer Favorável da Comissão de Finanças.

Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de "quorum".

Esgotada a matéria da ordem do dia.

Não há oradores inscritos para essa oportunidade.

Vou encerrar a sessão. Designo para a próxima, segunda-feira, a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão de 16 de janeiro de 1961
(Segunda-feira)

1 — Eleição da Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca (5 membros) criada pela Resolução nº 45, de 1960.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1961 (nº 1.187, de 1959, na Câmara), que revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei número 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Senhor Senador Francisco Gallotti), recer Favorável da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

RESENHA DAS MATERIAS VOTADAS NO MES DE DEZEMBRO DE 1960

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara número 238, de 1956 (nº 854, de 1955, na Câmara)

que abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para a realização do convênio entre esse Ministério e o Instituto de Pesquisas do Brasil Central.

Projeto de Lei da Câmara número 77, de 1957 (nº 1.695, de 1956, na Câmara) que denomina Aeroporto Bartolomeu Lisandro o atual Aeroporto Municipal de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Projeto de Lei da Câmara número 76, de 1959 (nº 2.858, de 1957, na Câmara) que concede auxílio especial às jornadas Médico-Cirúrgicas de Uruguaiana.

Projeto de Lei da Câmara número 28, de 1960 (nº 4.817, de 1959, na Câmara) que isenta do imposto de importação material importado pela firma Alimonda Irmãos S. A.

Projeto de Lei da Câmara número 57, de 1960 (nº 399, de 1959, na Câmara) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 68, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 83, de 1960 (nº 4.697, de 1958, na Câmara) que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 88, de 1960 (nº 2.007, de 1960, na Câmara), que federaliza a Universidade da Paraíba.

Projeto de Lei da Câmara número 97, de 1960 (nº 1.881-60, na Câmara), que transforma em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Odontologia de Diamantina.

Projeto de Lei da Câmara número 98, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 125.580.000,00, para atender às despesas decorrentes da Transferência da sede do mesmo Tribunal para Brasília.

Projeto de Lei da Câmara número 100, de 1960, que cria a Universidade Federal de Goiás e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 101, de 1960, que cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 102, de 1960, que federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 103, de 1960, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para ocorrer às despesas com material, serviços e instalações da Justiça do Distrito Federal.

Projeto de Lei da Câmara número 104, de 1960 (nº 142, de 1959, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a construção do "Dormitório do Estudante", em Manaus, Estado do Amazonas.

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1960, que concede autonomia à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a qual, desligada da Universidade do Brasil, passará a denominar-se "Escola de Minas de Ouro Preto".

Projeto de Lei da Câmara número 106 de 1960 (número 2.314, de 1960, na Câmara dos Deputados), que abre o crédito especial de Cr\$ 1.082.001.445,20, para atender às indenizações decorrentes dos danos causados pelo extravasamento das águas do açude Orós, no Estado do Ceará.

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1960, (nº 419, de 1959, na Câmara), que abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00,

destinado a auxiliar a Associação Pró-Matre, instituição beneficente sediada no ex-Distrito Federal, atual Estado da Guanabara.

PLC. n.º 108-1960, que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1960 (n.º 1.658, de 1960, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender às despesas com as solenidades de instalação do Governo Federal na Nova Capital do País.

PLS. n.º 110 de 1960, que federaliza a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas e dá outras providências.

PLC. n.º 111 de 1960, que cria a Escola Agrotécnica de Januária, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1960 (n.º 2.101, de 1960, na Câmara) que autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — de crédito especial de Cr\$ 78.000,00 destinado a atender ao pagamento de gratificação de representação devida aos Desembargadores Presidente e Vice-Presidente daquele Tribunal e ao Juiz Presidente do Tribunal do Juri.

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1960 (n.º 1.616 de 1960, na Câmara), que torna extensivos aos funcionários dos Territórios Federais dispostivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952) e dá outras providências.

PLC. n.º 114 de 1960, que aprova o Plano para coordenar as atividades relacionadas com o carvão mineral.

PLC. n.º 115 de 1960, que estende aos trilhadores não amparados na safra 1959-1960, pela Lei nº 3.551 de 13 de fevereiro de 1959, os favores e obrigações estabelecidos em lei, bem como os do instrumento legal que prorroga o prazo dos débitos dos trilhadores amparados pela referida lei.

PLC. n.º 117 de 1960, que transforma em estabelecimentos federais de ensino superior a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, Uberaba, e a Faculdade de Direito de Sergipe.

Projeto de Lei do Senado nº 7 de 1958, que dispõe sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado por funcionários à União, às Autarquias e ao Banco do Brasil S.A.

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1961, que dá ao Aeroporto de Godó, no Estado do Maranhão, o nome de Magalhães de Almeida.

A CAMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1957 (n.º 1.970 de 1952 na Câmara) que cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1958, que abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ampliação da pista de aterragem e construção do abrigo de passageiros do aeroporto de Joazeiro, no Estado de Santa Catarina.

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1958 (n.º 2.728, de 1957, na Câmara) que cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.

PLC. n.º 217 de 1958 que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1959 (n.º 2.281, de 1957, na Câmara) que concede auxílio para as comemorações do bicentenário da criação do Santuário do Senhor Bom

Jesus de Matosinhos, de Congonhas do Campo.

Projeto de Lei da Câmara número 93, de 1960 (número 1.615 de 1930, na Câmara) que altera a redação do artigo 1º da Lei número 3.065, de 20 de dezembro de 1953, que promulga a Lei de Inquilinato.

Projeto de Lei da Câmara número 94, de 1960 (número 1.877, de 1930, na Câmara), que cria a Universidade de Juiz de Fora e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado número 61, de 1954, que regula o Plano de Valorização Econômica do Vale do Paraíba e do aproveitamento do porto de Santa Cruz no Estado do Espírito Santo.

Projeto de Lei do Senado, número 11, de 1956, de autoria do Senhor Senador Atilio Vivacqua, que cria o Serviço Nacional de Irrigação e de Solos Agrícolas e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado número 21, de 1957, que regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes de transportes e a seus beneficiários, e estabelece outras providências.

Projeto de Lei do Senado número 23, de 1960 (de autoria do Senhor Senador Ari Viana) que declara de utilidade pública a "Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza".

Projeto de Lei do Senado número 40, de 1960 de autoria do Senhor Senador Filinto Müller, que regula a situação dos servidores da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana dispensados por motivo de conclusão das obras da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.

A PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução número 50, de 1960, de autoria do Senhor Senador Nelson Maculan, que cria a Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca.

APROVADAS

Mensagem número 171, de 1960, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Henrique de Souza Gomes para a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Mensagem número 172, de 1960, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata José Cochrane de Azevedo para a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo do Canadá.

RESENHA DOS DISCURSOS PROFERIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1960

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal.

AFONSO ARINÓS

Em 1-12-60 (normal), explica que, embora participando plenamente das opiniões do Senador Sérgio Marinho, vota contra as emendas de Sua Excelência e as demais oferecidas ao Projeto de Lei do Inquilinato. Na mesma sessão, quando da votação do Projeto de Lei número 7-53, solicita não seja computado seu voto, por ser funcionário do Banco do Brasil. (DCN 2-12-60). Em 2-12-60 (matutina), tece considerações em torno do Projeto de Lei da Câmara número 97-60 (transformação em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Odontologia de Diamantina. No mesmo dia (normal), falando do Projeto de Lei da Câmara número 105-53, declara que se trata de dar forma especial às exigências da Constituição no que concerne ao provimento das cátedras universitárias. (DCN. 3-12-60).

ALO GUIMARAES

Em 7-12-60 declara que não estava presente quando o Projeto de Resolução número 50-63 foi apresentado pelo Senador Nelson Maculan, mas que manifestou todo o seu apoio à iniciativa. Outrossim, faz apelo ao Ministério da Fazenda no sentido de que as verbas referentes ao Ministério da Agricultura sejam liberadas para que se possa atender aos reclamos do funcionalismo e do operariado. (DCN. 8-12-60).

ANTONIO BALTAR

Em 5-12-60 fala do 50º aniversário da implantação da Arquidiocese de Olinda e Recife, acontecimento importante do ponto de vista espiritual, cívico e político. (DCN. 6-12-60). Em 12-12-60 fala de crédito destinado ao pagamento das indenizações feita a tragédia de Oros, no Ceará (o turno DCN. 13-12-60).

ARGEMIRO FIGUEIREDO

Em 1-12-60 (matutina), em discussão o Projeto de Lei da Câmara número 76-60, declara considerar justas as alegações do Senador João Vilasboas desejando que a lei estruturasse, de modo geral, as pensões as viúvas e herdeiros de parlamentares. No mesmo dia (normal), tece considerações em torno da Lei do Inquilinato, declarando que a posição de seu Partido é a de rejeitar todas as emendas, procurando solucionar o problema de habitação no Brasil. (DCN. 2-12-60). Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30) tece considerações sobre o P.L.C. número 217-53. (DCN).

ARI VIANA

Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30) declara em relação ao Projeto de Lei da Câmara número 86-60 que, quanto à emenda da Com. de Serv. Público Civil, o parecer do Relator é favorável. (DCN. 8-12-60). Em 9-12-60, relativamente ao Projeto número 100-60, declara que as medidas consubstanciadas no projeto, atendem ao interesse e à conveniência do serviço público. (DCN. 10-12-60).

ATILIO VIVACQUA

Em 6-12-60 justifica projeto que submete à Casa criando o Serviço de Contrataria subordinado ao Ministério da Fazenda. (DCN. 7-12-60).

CAIÃO DE CASTRO

Em 1-12-60 (matutina), declara que grande é a dificuldade encontrada na Câmara dos Deputados quando em sessões conjuntas, pois há dias que cobram por um copo de água mineral, Cr\$ 25,00. Faz apelo à Mesa do Senado para colir tal abuso. Na mesma sessão, em discussão o P.L.C. número 76-60, reitera disparidade nas pensões concedidas às viúvas dos Congressistas, declarando outrossim, que votará favoravelmente. (DCN. 2-12-60). Em 2 de dezembro de 1960 (normal) declara que recebeu comissão da viúvas e orfãos dos que foram sacrificados durante a Guerra, pertencentes à Marinha, fazendo apelo ao Ministro da Fazenda para cumprir com a lei de 1957, que ampara aqueles que se sacrificaram em defesa da Pátria. (DCN. 3-12-60). No mesmo dia (matutina), sobre disponibilidade dos funcionários do Senado na Guanabara, tece considerações sobre o Projeto de Resolução número 67-60. (DCN.).

CAIÃO DE CASTRO

Em 6-12-60 declara que tramita no Senado há três anos, projeto de lei que melhora a aposentadoria (aos 25 anos) daqueles que tomaram parte na II Guerra Mundial. (DCN. 7 de dezembro de 1960). Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30), para encaminhar votação do P.L.C. número 217-53,

declara que os Pracinhas merecem aposentadoria aos 25 anos de serviço. (DCN. 8-12-60). Em 9-12-60 fala ainda das pensões que o Congresso vem concedendo, de maneira desordenada, aos herdeiros dos congressistas, declarando ainda que o Projeto que apresentou abrange também aos funcionários das duas Casas do Congresso. (DCN. 10-12-60).

NOGUEIRA DA GAMA

Em 14-12-60 ressolve consignações sobre a política do petróleo, focalizando problemas da Petrobrás. (DCN).

ALOÍSIO DE CARVALHO R

Em 12-12-60 (noturna), agradece a seus companheiros as palavras elogiosas com que foi recebido no recinto. (DCN. 13-12-60).

COIMBRA BUENO

Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30) declara que, assediado por multidão de candidatos às pretensões 50 vagas no Senado, desiludiu a todos; lê ainda notícia de correspondente de Brasília, publicada no "O Estado de São Paulo", sobre funcionários em disponibilidade. Fala ainda do sério problema criado com a Paridade. (DCN. 8-12-60). Em 14 de dezembro de 1960, em breves palavras, refere-se à lei que criou, recentemente a Universidade Federal de Goiás. Outrossim, agradece ao Senado em nome de todo o corpo docente sobretudo dos estudantes de Goiás. (DCN. 16-12-60). Em 15 de dezembro de 1960 fala do cumprimento de velho dispositivo constitucional, a mudança da Capital, falando ainda de certa situação que se verifica em Goiás e daqueles que têm o meu hábito de denegrir a honra alheia. (DCN. 16-12-60).

DANIEL KRIEGER

Em 1-12-60 (matutina), expressa seu pensamento em relação ao P.L.C. número 76-60, declarando que seu ponto de vista não objetiva atingir ninguém; nem menosprezar nenhum serviço, mas nenhum dos atuais Senadores tem direito a deixar pensão à viúva. No mesmo dia (normal), tece considerações em torno do Projeto de Lei do Inquilinato, defendendo emendas da Comissão de Constituição e Justiça. (DCN. 2-12-60). Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30), para encaminhar votação do P.L.C. número 217-53, declara que os homens que lutaram na Itália, não de compreender a atuação do Senado no cumprimento da Constituição Brasileira. (DCN. 8-12-60). Em 9-12-60 declara que a Comissão de Finanças opina favoravelmente à aprovação do Projeto número 100-60. (DCN. 10 de dezembro de 1960).

FILINTO MULLER

Em 1-12-60 (matutina), envia à Mesa Projeto de Lei que visa a amparar os servidores da Comissão Ferroviária Mista Brasileiro-Boliviana, justificando ainda o referido Projeto. (DCN. 2-12-60).

FRANCISCO GALLOTTI

Em 1-12-60 (matutina) rende homenagem de saudação ao jornalista Walpor Wondhauser, falecido nesta Capital. (DCN. 2-12-60). Em 2-12-60 (matutina), lê nota do Jornal do Brasil que comunica mais um benefício ao País: erigição da linha Eloy-Lima-New York. No mesmo dia (noturna), falando do projeto que põe em disponibilidade os funcionários do Senado impedidos na Guanabara, declara nada opor à sua aprovação. (DCN. 3-12-60). Em 7-12-60 fala de certos jornalistas de Brasília, que enviam para o Rio notícias com o objetivo de deixar mal o Parlamento da República, como a que se refere o Deputado Clementes Sampaio. (DCN. 8-12-60). Em 12-12-60, em

explicação pessoal declara que, habituado a ler críticas acerbas em nossos jornais, surpreendeu-se com editoria no "Correio Brasileiro. No mesmo dia (matutina), declara aguardar o momento em que o Senado aprovará o projeto federalizando as faculdades do Rio Grande do Norte e a criação da Universidade do Estado de Santa Catarina. (DCN. 13-12-60).

FREITAS CAVALCANTI

Em 15-12-60 (extraordinária), ao se encerrarem os trabalhos da presente sessão legislativa, declara que os trabalhos legislativos serão encarados hoje cercados da confiança, da admiração e do respeito do povo brasileiro. (DCN. 16-12-60).

GILBERTO MARINHO

Em 2-12-60 (normal), comenta denúncia do Escritório Comercial do Brasil em Montevideu, sobre o contrabando de gado através da fronteira com o Uruguai. (DCN).

Em 9-12-60, em nome da Marinha, saúda a Marinha de Guerra do Brasil ao ensejo da semana de Tamandaré. (DCN).

Em 15-12-60 homenageia a memória dos brasileiros que tombaram no último conflito mundial. (DCN)

GUIDO MONDIN

Em 1-12-60 (normal), tece considerações em torno da Lei do Inquilinato, declarando que espera não incorram em nova prorrogação, e sim, na elaboração definitiva de lei. (DCN. 2-12-60).

HERIBALDO VIEIRA

Em 1-12-60 (matutina), para justificar sua emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 76-60, sugere que as beneficiárias requeiram a pensão às Casas do Congresso a que pertenceram os parlamentares, apresentando provas para sua obtenção. (DCN. 2 de dezembro de 1960).

Em 14-12-60 (noturna), em discussão o P.L.C. nº 117-60, declara que a Bancada do Estado de Sergipe está interessada na aprovação do projeto. (DCN. 16-12-60).

JARBAS MARANHÃO

Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30), envia discurso para ser publicado, com o seguinte título: "Influência da Alimentação no Comportamento Humano e na Configuração da Sociedade", bem como: "Sentido Determinante da Nossa Evolução - Consequências do Latifúndio e da Monocultura". (DCN. 8-12-60).

JEFERSON DE AGUIAR

Em 9-12-60, para encaminhar votação de Requerimento nº 564-60, declara que a atribuição do Senado Federal, em matéria de suspensão de execução de lei reputada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva, é meramente homologatória e publicitária. (DCN. 10-12-60).

JOÃO VILASBOAS

Em 1-12-60 (matutina), para encaminhar votação de P.L.C. nº 76-60, declara que seu Regtº não tem qualquer intuito de combate ao Projeto. Na mesma sessão fala de rejeição de seu Regtº, declarando que se furtará de concorrer com seu voto, porque o considera violadora de princípio constitucional da igualdade de todos perante a Lei. (DCN. 2-12-60).

Em 9-12-60, para encaminhar votação do Regtº nº 564-60, pede, em cada um dos Projetos, a anexação da decisão do Supremo. (DCN. 10-12-60).

Em 12-12-60 congratula-se com o Estado de Guanabara pela posse de seu 1º Governador e pela instalação de sua 1ª Assembleia Constituinte, cuja corporação deliberou extinguir a

ex-Câmara dos Vereadores. Na mesma sessão, como Líder do Partido, apresenta cumprimentos ao Senador Aloísio Alves Filho, suplente do Senador Otávio Mangabeira. (DCN. 13-12-60).

Em 14-12-60 lança seu protesto contra a possibilidade da permanência da ex-Câmara dos Vereadores, bem como em relação ao Substitutivo apresentado ao projeto de Ato Constitucional, pretendendo dar ao Estado da Guanabara o aspecto de município provisório. (DCN. 15-12-60).

JOAQUIM PARENTE

Em 2-12-60 (normal), faz apelo para que sejam tomadas medidas urgentes para o cumprimento do convênio celebrado entre as Pioneiras Sociais e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABRR). (DCN. 3-12-60).

Em 8-12-60 congratula-se com o nobre povo carioca pela nova fase na vida política e administrativa que teve início a 5 de corrente com a posse do Gov. Carlos Lacerda, falando ainda do discurso proferido pelo Desembargador Homero de Pinho. (DCN. 10-12-60).

JORGE MAINARD

Em 2-12-60 (normal), reclama contra a demora de execução dos trabalhos de dragagem da barra de Aracaju e da construção do porto da Capital Sergipana. (DCN. 3-12-60).

Em 5-12-60 fala da execução organizada pelo Sen. Cunha Melo à Ilha de Bananal, memorando ainda magistrado obra do Mal. Rondon. (DCN. 6-12-60).

Em 12-12-60, sobre o projeto que concedeu autonomia à Escola de Minas de Ouro Preto, regozija-se por esse evento, já que foi aluno daquele tradicional estabelecimento de ensino superior. (DCN. 13-12-60).

LIMA TELXEIRA

Em 1-12-60 (normal), faz apelo aos colegas para que aprovem a prorrogação da Lei do Inquilinato, pois que assim o Senado terá tempo de estudar a matéria. (DCN. 2-12-60).

Em 2-12-60 (matutina), aborda campanha presidencial a 3 de outubro pp., falando da necessidade da Reforma Agrária em nosso País. (DCN. 3-12-60).

Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30), tece considerações em torno do PLC. n.º 88-60. (DCN. 8-12-60).

Em 12-12-60 (noturna), lê telegramas pedindo informações sobre projeto consequente ao Tratado de Montevideo, que cria a zona de livre comércio e sobre o projeto que abre crédito especial para pagamento de vitórias de militares, concedido pela Lei n.º 3.765, de 4-5-60. (DCN. 13-12-60).

Em 15-12-60 tece comentários em torno do último pleito eleitoral a 3 de outubro pp., declarando ainda que Governo e Oposição estão na expectativa, aguardando o Sr. Jânio Quadros. (DCN. 16-12-60).

LOBAO DA SILVEIRA

Em 2-12-60 (normal), congratula-se com a seção da Ordem dos Advogados em Brasília, cuja instalação e posse foi realizada. (DCN. 3-12-60).

Em 5-12-60 presta homenagem àqueles que, pela sua dedicação, muito cooperaram em pro da mudança da capital para Brasília sobretudo a Imprensa Oficial, sem cuja força poderosa não se teria realizado e completado o Orçamento. (DCN. 6-12-60).

Em 9-12-60 declara que a Comissão que representa opina pela aprovação do Projeto n.º 100-60. (DCN. 10 de dezembro de 1960).

Em 15-12-60 (extraordinária), consigna seu entusiasmo a todos os Senadores, no fim deste ano legislativo de 1960, pela bravura com que se portaram no cumprimento do seu dever. (DCN. 16-12-60).

MEM DE SA

Em 1-12-60 (matutina), indaga à Mesa se no original do parecer da Com. de Finanças, figuram apenas sete assinaturas, como consta do avulso. Na mesma sessão, aborda a escandalosa indústria das nomeações de servidores públicos. No mesmo dia (normal), declara que não deve ser aceito o argumento de que não há tempo para o Senado apresentar emenda ao PLC. n.º 93-60. (DCN. 2 de dezembro de 1960).

Em 2-12-60 (matutina), tece considerações em torno do PLC. n.º 97-60, que prevê a federalização da Escola de Odontologia de Diamantina. (DCN. 3-12-60).

Em 7-12-60 (extraordinária às 16,30), para encaminhar votação do PLC. n.º 217-58, declara que os Piaçinhas devem ter os mesmos direitos quando forem funcionários federais ou autárquicos. Na mesma sessão, para encaminhar votação do PLC. n.º 88-60, declara que há tempo suficiente para que o dito Proj. entre em Ordem do Dia e sofra tramitação normal. (DCN. 8-12-60).

Em 9-12-60, para encaminhar votação do PLC. n.º 88-60, declara que não se ensina com federalizações em massa, sem concurso, sem seleção e sem nível de pesquisa e cultura que toda Faculdade ou Universidade deve representar. (DCN. 10-12-60).

Em 13-12-60 (noturna às 21 horas), para encaminhar votação do PLC. n.º 109 de 1960, declara que se vota quase nove meses depois, autORIZAÇÃO para o Governo dispensar cerca de cinquenta milhões de cruzeiros queimados em festas da inauguração de Brasília. (DCN. 14-12-60).

Em 15-12-60 deixa consignada a expressão do reconhecimento que o Brasil deve ao Prof. Otávio de Albuquerque, que terminou o seu mandato exercido no Conselho Nacional de Economia, falando ainda dos Institutos que, à beira da falência, fazem nomeações aos milhares, aviltando a vida pública brasileira. No mesmo dia (extraordinária), despendendo-se de seus colegas, elogia a Imprensa e agradece a paciência e consideração com que foi tratado. (DCN. 16 de dezembro de 1960).

MENDONÇA CLARK

Em 1-12-60 (matutina), fala das grandes disparidades dos auxílios concedidos, relativamente ao PLC. n.º 76-1960, esperando votar o projeto do Senador Caiado de Castro. No mesmo dia (normal), tece considerações em torno da Lei do Inquilinato, num esforço para melhorá-la, tendo ainda artigo publicado no "Correio da Manhã". (DCN. 2-12-60).

Em 2-12-60 (normal), demonstra preocupação com a sobrevivência dos pobres do Piauí, que não têm recurso necessário para manter a própria família, declarando que em Teresina morrem de fome e sem socorro médico dezenas de crianças. (DCN. 3-12-60).

Em 7-12-60, para encaminhar votação do Requerimento n.º 551-1960 declara que não tem absolutamente qualquer objeção a fazer em relação ao Requerimento. (DCN. 8-12-60).

Em 14-12-60 (noturna) aborda problemas do Piauí, fazendo votos para que em 1961 mude o rumo do nosso comércio exterior. (DCN. 15-12-60).

MENEZES PIMENTEL

Em 2-12-60 (noturna), declara que nada impede a aprovação do Projeto de Resolução n.º 67-60, que põe em disponibilidade os funcionários do Senado impedidos na Guanabara. (D. C.N. 3-12-60).

MILTON CAMPOS

Em 14-12-60 presta homenagem a João Pinheiro da Silva, que morreu quando exercia o governo de Minas Gerais. (DCN. 15-12-60).

MOURA ANDRADE

Em 2-12-60 (matutina), analisa o PL. n.º 97-60, que prevê federalização da Escola de Odontologia de Diamantina. (DCN. 3-12-60).

Em 1-12-60 (extraordinária, às 16,30), para encaminhar votação de PLC. n.º 217-58, tece considerações elogiosas ao Senador Caiado de Castro, declarando que, não se sentindo capacitado a opinar no campo da constitucionalidade deste Projeto, acompanhará a Comissão de Constituição e Justiça no seu voto. Na mesma sessão, para encaminhar votação do PLC. n.º 88-60, tece considerações em torno do mesmo e da urgência. (DCN. 8-12-60).

Em 12-12-60 (noturna), em nome do Governo e da Câmara, dá ao Senador Fernandes a sua exortação relacionada com crédito para atender às despesas com o extravasamento do açude de Orós. (DCN. 13-12-60).

Em 13-12-60 (noturna), presta esclarecimentos à Casa, referentes ao PLC. n.º 109-60. Fala ainda de crédito especial para despesas que se realizaram em Uruguaiana, RS. (D. C.N. 14-12-60).

Em 15-12-60 (extraordinária), agradece as referências elogiosas feitas à sua pessoa por vários colegas, e particularmente agradece ao Dr. Brown Deseja felicidades no Natal e Ano Novo aos Senadores e suas famílias, aos funcionários e suas famílias, à Imprensa e suas famílias, bem como a toda a Nação Brasileira. (D. C.N. 16-12-60).

MOURÃO VIEIRA

Em 14-12-60 (noturna), em discussão o PLC. n.º 104-60, dirige apelo para que o aprove o Senado, a fim de levar à classe estudantil no Amazonas o auxílio de que tanto carece. (DCN. 15-12-60).

NOVAES FILHO

Em 1-12-60 (matutina) declara, que a Imprensa e o Rádio constituem para os Parlamentares veículos magníficos de divulgação mas muitas vezes não traduzem o exato pensamento do parlamentar. Declara ainda considerar a Lei do Inquilinato injusta e injusta. Na mesma sessão, relativamente ao PLC. n.º 76-60, explica razões de seu voto favorável à concessão de pensão à viúva de um saudoso amigo. (D. C.N. 2-12-60).

Em 5-12-60 congratula-se, ao regressar ao seu País, com o novo Presidente eleito, esperando que ele realize obra à altura das esperanças que o eleitorado lhe depositou. (D. C.N. 6-12-60).

Em 6-12-60 homenageia a Rádio Globo, que comemorou o 36.º aniversário de sua fundação. (DCN. 7-12 de 1960).

Em 7-12-60 declara que o último figurino no Parlamento brasileiro refere-se a assunto de certa delicadeza: o comentário, a apreciação, o julgamento do que ocorre em países irmãos do Continente. (DCN. 8-12-60).

Em 12-12-60 congratula-se com o povo do Estado de Alagoas pela escolha, a 3 de outubro, do Deputado Luiz Cavalcante para Governador daquele Estado. (DCN. 12-12-60).

NOVAES FILHO

Em 13-12-60 (noturna às 21 horas), desenvolve considerações sobre as condições de vida do Nordeste, repleto de críticas à lavoura pernambucana. (DCN. 14-12-60).

PAULO FENDER

Em 1-12-60 (normal), tece considerações em torno da Lei do Inquilinato, PLC. n.º 93-60. (DCN. 2-12-60).

Em 2-12-60 (noturna), fala de declarações sensatas feitas a "O Globo" pelo Governador Juraci Magalhães, falando ainda da criação do Instituto da Valorização Econômica da Amazônia. (DCN. 3-12-60).

Em 15-12-60 (extraordinária) no encerramento da sessão despede-se de todos e agradece em nome do PT, até mesmo a colaboração dos funcionários desta Casa, congratulando-se com o povo brasileiro e com o regime. (DCN. 16-12-60).

PEDRO LUDOVICO

Em 12-12-60, como representante do Senado Federal na Conferência do GATT, realizada em Genebra, tece considerações em torno do assunto. (DCN. 13-12-60).

RUI CARNEIRO

Em 1-12-60 (normal), em discussão especial as emendas e subemendas do PLC. n.º 93-60, tece considerações a respeito. (DCN. 2-12-60).

SAULO RAMOS

Em 2-12-60 (normal), em discussão a subemenda n.º 3 do PLC. n.º 135 de 1958 tece considerações a respeito. (D. C.N.).

Em 9-12-60 fala do Requerimento seu para ser encaminhado ao Ministro da Marinha pois que os servidores do Estaleiro Naval de Coqueiros em Florianópolis, não são beneficiados com abonos já concedidos por leis. (DCN. 10-12-60).

SEBASTIÃO ARCHER

Em 12-12-60 traz ao conhecimento da Casa que, segundo comunicação telegráfica, a estrada de rodagem BR-1, que liga Belém a São Luiz, já é um fato. (DCN. 13-12-60).

SERGIO MARINHO

Em 1-12-60 (normal) tece considerações em torno da Lei do Inquilinato, declarando que a Câmara dos Deputados colocou o Senado em caótico alternativa. Na mesma sessão falando ainda da Lei do Inquilinato, declara que prorrogação de sua vigência é inconstitucional. (DCN. 2-12-60).

SILVESTRE PERICLES

Em 12-12-60 lê vários Manifestos, tendo considerações em torno de manobras de comunistas, declarando ainda que, em paz com todas as Nações, não se deve aceitar tutela de nenhuma delas. (DCN. 13-12-60).

VIVALDO LIMA

Em 12-12-60 tece considerações em torno da "Semana da Marinha". (D. C.N. 13-12-60).

Em 13-12-60 (noturna), tece comentários em torno do PLC. N.º 88-60. (DCN. 14-12-60).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR RUY CARNEIRO, SESSÃO DE 11 DE JANEIRO CORRENTE, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente, minha presença na tribuna é apenas para fazer uma comunicação à Casa.

Recebi do Presidente da Câmara Municipal de Picuí, na Paraíba, me-

sagem de aplauso à ação do Congresso Nacional pela aprovação do projeto que federalizou a Universidade do Estado da Paraíba.

O Sr. Paulo Hypácio, Presidente daquela Câmara de Vereadores, na zona do Cariri, envia, através do humilde representante da Paraíba, nesta Casa, os seus aplausos e agradecimentos ao Congresso Nacional, pela aprovação daquela lei.

Sr. Presidente, quando tramitou nesta Casa o projeto de lei vindo da Câmara dos Deputados e por nós também aprovado, velha reivindicação da Paraíba, não tive oportunidade de tecer comentários a respeito de matéria de tanta relevância para nós

paraibanos. Achavamos-nos em fim de sessão legislativa, e diante da urgência requerida pelo eminente Líder da Maioria, Sr. Auro de Moura Andrade, não seria possível tratar do assunto para não retardar a votação. Tanto o Senador Argemiro de Figueiredo como eu, presentes à sessão trazíamos farto documentário sobre a relevância dessa proposição pelo muito que aquela reivindicação representava para o Estado da Paraíba, pobre e pequeno. Tivemos no entanto que nos abster de quaisquer comentários para não prejudicar a sua votação.

Esse fato ocorreu no dia 7 de dezembro. Hoje recebo com satisfação

esta mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Picuí, o digno Vereador Paulo Hypácio.

Diz o telegrama do meu Ilustre amigo, conterrâneo e correligionário, Paulo Hypácio, Presidente da Câmara Municipal de Picuí:

"Comunico que a Câmara Municipal de Picuí aprovou hoje, por unanimidade de votos, o requerimento de aplausos ao Congresso Nacional, dando conhecimento ao Senado Federal por intermédio do eminente Senador Paraibano pelo êxito obtido com a aprovação des-

sa matéria que foi a lei que federalizou a Universidade de nossa querida Paraíba. Abraços Paulo Hypácio de Araújo, Presidente da Câmara de Vereadores".

Aproveitando o ensejo desses justos agradecimentos da Câmara Municipal de Picuí, na Paraíba ao Congresso Nacional, de modo particular ao Senado da República, quero juntar as minhas congratulações às duas Casas do Parlamento pelo estímulo aos anseios dos paraibanos com a unânime aprovação do projeto que federalizou a Universidade de nossa terra (*Muito bem!*).